

ALFABETISMO FUNCIONAL NO PROEJA: ANÁLISE PRELIMINAR DOS NÍVEIS DE LETRAMENTO DOS ESTUDANTES

Elizangela Tonelli
Professora do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes)
E-mail: elizangelat@ifes.edu.br

Ellen Kênia Fraga Coelho
Professora do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes)
E-mail: ellen.coelho@ifes.edu.br

Giovanna Tonelli Clevelares
Estudante de Licenciatura em Letras da Universidade Paulista (Unip)
E-mail: gvnntnll@gmail.com

Lorena Borsoi Agrizzi
Estudante de doutorado do Programa de Cognição e Linguagem (Uenf)
E-mail: lorenagrizzi@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo apresenta uma análise preliminar dos níveis de alfabetismo funcional no Proeja, tendo como foco o letramento de estudantes de uma instituição pública da Rede Federal do Espírito Santo. A investigação busca compreender como jovens e adultos mobilizam habilidades de leitura e escrita a partir de diferentes gêneros textuais que circulam em situações cotidianas, considerando as demandas do trabalho, da vida social e da escolarização. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, que utiliza testes de letramento baseados nas referenciais do Indicador de Alfabetismo Funcional – INAF, complementados por análises estatísticas descritivas e pela Análise de Conteúdo das respostas abertas. O objetivo é identificar padrões de desempenho, lacunas e potencialidades formativas acumuladas ao longo das trajetórias escolares interrompidas. Os resultados preliminares indicam predominância dos níveis Rudimentar e Elementar entre os participantes, revelando dificuldades interpretativas e limitada autonomia leitora, enquanto apenas uma pequena parcela alcança o nível Intermediário. Os achados reforçam a necessidade de intervenções pedagógicas específicas que fortaleçam o letramento como condição para participação social, continuidade dos estudos e inserção no mundo do trabalho.

Palavras-chave: alfabetismo funcional, Proeja, Letramento e Numeramento.

Abstract

This study presents a preliminary analysis of functional literacy levels in the Proeja program, focusing on the literacy practices of students enrolled in federal public institution in Espírito Santo. The investigation seeks to understand how young and adult learners mobilize reading and writing skills when engaging with different textual genres that circulate in everyday situations, considering the demands of work, social life, and

schooling. This is a qualitative, exploratory, and descriptive study that uses literacy tests based on the INAF benchmark, complemented by descriptive statistical analyses and Content Analysis of the open-ended responses. The aim is to identify performance patterns, gaps, and formative potential accumulated throughout the interrupted educational trajectories of these learners. Preliminary results indicate a predominance of Rudimentary and Elementary levels among participants, revealing interpretative difficulties and limited reading autonomy, while only a small portion reaches the Intermediate level. These findings reinforce the need for targeted pedagogical interventions that strengthen literacy as a condition for social participation, continuation of studies, and entry into the world of work.

Keywords: functional literacy, Proeja, literacy and numeracy.

Introdução

Nas últimas décadas, o debate sobre alfabetização e letramento no Brasil tem revelado que saber ler e escrever não garante, por si só, a participação plena nas práticas sociais mediadas pela linguagem. Em uma sociedade amplamente organizada por registros escritos, como observa Fonseca (2020), a capacidade de interagir com diferentes gêneros textuais torna-se não apenas uma competência escolar, mas uma exigência para o exercício da cidadania. Embora os índices de alfabetização tenham avançado — passando de 44% em 1940 para 93% em 2022, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) — pesquisas como as do Índice Nacional de Alfabetismo Funcional - (Inaf) demonstram que tais progressos não correspondem diretamente ao aumento dos níveis de letramento e numeramento da população.

O fenômeno do alfabetismo funcional, discutido por Soares (2023) e Ribeiro (2003), revela justamente essa lacuna: muitos indivíduos, mesmo alfabetizados, não conseguem utilizar a leitura, a escrita e os conceitos matemáticos em situações reais do cotidiano. Esse cenário torna-se ainda mais complexo quando se observam grupos historicamente afastados da escolarização contínua, como os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na intersecção entre escola, trabalho e trajetórias de vida marcadas por interrupções, a EJA exige práticas pedagógicas que valorizem a experiência dos sujeitos e possibilitem sua atuação crítica no mundo, como defendem Freire (2018) e Fávero (2004).

No âmbito da educação profissional, especialmente no PROEJA, esses desafios são ampliados pelas demandas contemporâneas do trabalho, que, conforme afirma Kuenzer (2009), requerem saberes flexíveis, contextualizados e socialmente situados. Assim, compreender os níveis de letramento, numeramento e alfabetismo funcional dos estudantes torna-se essencial para orientar intervenções pedagógicas que dialoguem com suas realidades, reduzam desigualdades e ampliem oportunidades de formação e inserção profissional.

Diante desse contexto, esta pesquisa, que se encontra em andamento, tem como objetivo geral identificar os níveis de alfabetismo funcional dos estudantes do PROEJA de uma instituição de ensino da rede federal do Espírito Santo. Para isso, serão elaboradas atividades diagnósticas baseadas no modelo do Inaf, buscando compreender como os estudantes mobilizam habilidades de localização, elaboração, avaliação e integração de informações. A investigação também pretende identificar os níveis de letramento e numeramento, comparar os resultados entre diferentes cursos técnicos integrados e, por fim, propor um projeto de intervenção pedagógica voltado para o fortalecimento dessas competências, entendidas como dimensões essenciais de participação social, autonomia e cidadania.

Justifica-se, portanto, a realização desta pesquisa pela necessidade de compreender com maior precisão como jovens e adultos do PROEJA mobilizam habilidades essenciais ao exercício da cidadania e ao desenvolvimento profissional. O diagnóstico dos níveis de letramento e numeramento permite não apenas revelar lacunas formativas, mas também subsidiar intervenções pedagógicas capazes de fortalecer essas competências, contribuindo para reduzir desigualdades e ampliar oportunidades educacionais.

Fundamentação teórica

Segundo Fonseca (2020) em uma sociedade grafocêntrica, onde as práticas valorizadas são mediadas por registros escritos, é natural que diferentes agentes se preocupem com a capacidade da população de lidar com a diversidade de textos na vida social. É nessa direção que o sistema educacional brasileiro tem mantido seu foco em ensinar as pessoas a lerem e escreverem como forma de superar o analfabetismo.

No que refere a realidade brasileira, de acordo com o IBGE, em 2022 havia 163 milhões de pessoas de 15 anos ou mais de idade, das quais 151,5 milhões sabiam ler e escrever um bilhete simples e 11,4 milhões não sabiam. Ou seja, a taxa de alfabetização foi 93,0% em 2022 e a taxa de analfabetismo foi 7,0% deste contingente populacional. No Censo 2010, as taxas de alfabetização e analfabetismo eram de 90,4% e 9,6%. Em 1940, menos da metade da população de 15 anos ou mais (44,0%) era alfabetizada.

Ainda que os dados representem um avanço na educação brasileira, Soares (2012) aponta que “à medida que o analfabetismo vai sendo superado um novo fenômeno se evidencia: as pessoas aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam essas habilidades em práticas sociais. Em outras palavras, a alfabetização muitas vezes pode se resumir a práticas de leitura literal, envolvendo somente a capacidade de localizar informações e repeti-las em questionários, orais ou escritos (Marcuschi, 2001). Assim, um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; já que ser letrado é a condição de uma pessoa que além de saber ler e escrever faz uso social desse recurso para responder adequadamente as demandas sociais de leitura e escrita (Soares, 2023).

Nessa direção, Soares (2023, p. 57) complementa que [...] a preocupação, pois, não é com os níveis de “analfabetismo”, mas com os níveis para escrever um ofício, preencher um formulário, registrar a candidatura a um emprego – os níveis de letramento é que são baixos. Ainda segundo Soares (2023, p.120) “o letramento é, sem dúvida, um direito humano absoluto, independentemente das condições econômicas e sociais em que um dado grupo humano esteja inserido”. Nessa mesma direção, Freire (2018) sustenta que alfabetizar jovens e adultos é possibilitar que “leiam o mundo” e atuem criticamente sobre a realidade. A educação, portanto, não deve restringir-se à técnica, mas à compreensão e produção de sentidos sociais. Assim, compreender textos, avaliar argumentos, relacionar informações e responder às demandas da vida cotidiana são aspectos que ultrapassam a alfabetização inicial, revelando a necessidade de considerar os diferentes níveis e domínios de letramento presentes na população em geral — elementos fundamentais para participação crítica e cidadã.

O Inaf, principal referência nacional para avaliação do alfabetismo funcional, analisa quatro habilidades centrais para compreender como jovens e adultos utilizam a leitura e a escrita em situações reais - **Localização** refere-se à capacidade de identificar informações expressas de modo literal em textos escritos ou multimodais; **Elaboração** envolve produzir ou reorganizar textos e resolver problemas com base nas informações lidas; **Avaliação** diz respeito à comparação entre o que está no texto e

conhecimentos externos; e **Integração** abrange relacionar e articular diferentes elementos para construir sentidos mais complexos (Instituto Paulo Montenegro, 2024).

Com base nessas habilidades, o estudo classifica a população em cinco níveis: *Analfabeto*, *Rudimentar*, *Elementar*, *Intermediário* e *Proficiente*. Os dados mostram queda do analfabetismo funcional (de 39% para 29% desde 2001), porém o percentual de proficientes permanece estagnado. O ganho concentra-se nos níveis Elementar e Intermediário, que deveriam ser apenas de transição. Desde 2001 o Inaf tem investigado os níveis de alfabetismo no Brasil. De acordo com os dados, o índice de analfabetos funcionais caiu de 39% para 29%. Apesar da melhora nos níveis mais baixos, o índice de proficientes é constante ao longo da série histórica. Isso revela que os ganhos se acumulam nos níveis Elementar e Intermediário, etapas que deveriam ser apenas de transição.

No que se refere aos estudantes do Ensino Médio, o Inaf (Instituto Paulo Montenegro, 2024) apontou que 17% dos concluintes apresentam nível de alfabetismo funcional muito baixo, revelando dificuldades na compreensão de textos e na resolução de tarefas matemáticas mais complexas — índice superior ao registrado em 2018, quando era de 12%. Esses dados dialogam com o diagnóstico nacional mais amplo, no qual o Inaf evidencia que os baixos níveis de proficiência em leitura, escrita e matemática estão associados a trajetórias educacionais marcadas pela desigualdade social, pela evasão escolar e pela descontinuidade de políticas públicas. Nesse sentido, como afirma Ribeiro (2003, p. 47), o alfabetismo funcional deve ser compreendido para além das habilidades instrumentais, pois corresponde à “capacidade de usar leitura, escrita e matemática em situações reais do cotidiano”. Diante desse cenário, torna-se imprescindível ampliar as discussões, articulando estudos clássicos, dados de avaliações nacionais e as condições sociais que moldam o percurso educacional desses sujeitos, de modo a compreender o fenômeno em sua complexidade e orientar práticas pedagógicas mais eficazes.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), esses desafios se intensificam. Trata-se de um público heterogêneo que reúne jovens que não concluíram o ensino regular, adultos trabalhadores afastados da escola por longos períodos e idosos em retomada de estudos. Essa diversidade demanda, conforme defende Fávero (2004, p. 18), uma pedagogia que reconheça “a experiência acumulada do educando como ponto de partida, e não como obstáculo”, entendendo a EJA como campo marcado por lutas sociais, políticas de inclusão e pela educação popular.

Na relação entre escolarização e trabalho, especialmente no PROEJA, a complexidade aumenta. O Decreto nº 5.840/2006 institui a integração entre educação básica e formação técnica, reconhecendo que trabalhadores-estudantes necessitam desenvolver competências para atuar criticamente nos contextos produtivos contemporâneos (Brasil, 2006). Sobre isso, Kuenzer (2009, p. 63) argumenta que as transformações no mundo do trabalho exigem “saberes múltiplos, flexíveis e socialmente situados”, que permitam compreender processos produtivos, tecnologias e relações sociais que organizam o emprego.

Além disso, entender os baixos níveis de alfabetismo funcional envolve considerar condições socioeconômicas, falta de acesso a práticas culturais de leitura e escrita e a persistência de modelos pedagógicos centrados na repetição. Para Ribeiro (2003, p. 55), muitos adultos “aprendem a decodificar, mas não a usar o texto como ferramenta de participação social”, o que contribui para a manutenção da exclusão.

Letramento e numeramento, enquanto práticas sociais, constituem dimensões

essenciais da cidadania. O conceito de letramento, conforme Magda Soares (1998, p. 39), refere-se à participação ativa em práticas sociais de linguagem, permitindo que “a palavra escrita deixe de ser barreira e se torne possibilidade de ação”. No mesmo sentido, o numeramento representa a utilização significativa dos conhecimentos matemáticos na vida cotidiana. Segundo Carrano (2010, p. 12), envolve “interpretar informações numéricas, resolver problemas reais e dialogar com dados que estruturam a vida social”. Para Spink (2004, p. 77), compreender números e proporções é também compreender discursos públicos que moldam a vida cotidiana. Ribeiro (2003, p. 62) reforça que práticas integradas de leitura, escrita e matemática “ampliam a capacidade de intervenção do sujeito sobre sua própria vida e sobre o coletivo”.

Nessa perspectiva, o letramento e o numeramento relacionam-se diretamente ao trabalho e à participação social. Fávero (2004, p. 24) destaca que a educação de jovens e adultos comprometida com a emancipação deve considerar “a leitura crítica da realidade como condição de transformação social”. Do mesmo modo, Kuenzer (2009) aponta que baixos níveis de conhecimento reduzem o acesso a empregos qualificados e a participação em decisões no ambiente produtivo, aumentando a vulnerabilidade socioeconômica.

Considerando o perfil diverso da EJA, os desafios históricos de escolarização e as exigências do trabalho contemporâneo, torna-se evidente a necessidade de investigar profundamente os níveis de alfabetismo funcional desses estudantes. Conhecer esses níveis permite identificar lacunas, orientar práticas pedagógicas significativas e planejar intervenções que dialoguem com as condições concretas de vida dos educandos.

Como afirmam Ribeiro (2003), Fávero (2004) e Kuenzer (2009), somente quando a escola reconhece as necessidades formativas de seus sujeitos é possível promover aprendizagens que ampliem a leitura crítica, a resolução de problemas e a participação ativa na sociedade. Assim, investigar o letramento e o numeramento na EJA é essencial para garantir que jovens e adultos — historicamente excluídos dos bens culturais e da escolarização contínua — possam exercer plenamente seus direitos à formação, ao trabalho digno e à cidadania.

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, voltado a compreender os níveis de alfabetismo funcional, letramento e numeramento dos estudantes do Proeja, ofertado por uma instituição pública. Participaram do estudo 66 estudantes voluntários dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, distribuídos da seguinte forma: 28 estudantes do curso Técnico em Hospedagem, 18 estudantes do curso Técnico em Turismo e 21 estudantes do curso Técnico em Metalurgia. A coleta de dados foi realizada por meio de testes diagnósticos elaborados com base nas habilidades avaliadas pelo Inaf, contemplando questões que envolvem diversos gêneros textuais, como cartoons, crônicas, textos informativos, contas de luz, tabelas e propagandas, de modo a avaliar competências relacionadas à leitura, escrita e numeramento.

Os instrumentos foram aplicados em sala de aula, em horário regular, e posteriormente as respostas foram organizadas por curso, módulo e tipo de habilidade, possibilitando análises comparativas. O tratamento dos dados combinou procedimentos de estatística descritiva, com o objetivo de identificar frequências e padrões de desempenho, e Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2011), utilizada especialmente nas respostas abertas para identificar dificuldades recorrentes e formas de interpretação adotadas pelos estudantes.

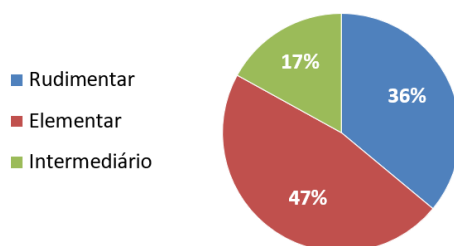
A pesquisa seguiu todos os procedimentos éticos estabelecidos, garantindo sigilo e anonimato dos participantes, que aderiram voluntariamente mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número 7650775, em 18 de junho de 2025.

Resultados preliminares

Participaram da pesquisa 66 estudantes, sendo 27% que se identificaram com gênero masculino e 73% feminino. Quanto a idade, a maioria se encontra na faixa etária de 31 a 50 anos (59%). Considerando que a maioria se encontra na faixa etária laboral, apenas 48% dos estudantes trabalham. Acerca desses resultados, entende-se que a falta de competências de alfabetismo funcional, somada à escolarização incompleta, à falta de formação técnica e às dificuldades de aprendizagem após longos períodos fora da escola, ajuda a explicar a baixa inserção dos participantes no mercado de trabalho. Esses elementos operam como barreiras silenciosas, frequentemente naturalizadas. Como destaca Arroyo (2001), os sujeitos da EJA vivenciam invisibilidades históricas, nas quais a exclusão escolar e laboral resulta de oportunidades negadas ao longo da vida. Assim, os dados evidenciam não apenas fragilidades educacionais, mas a continuidade dessa invisibilidade social que limita a empregabilidade.

No que diz respeito aos níveis de alfabetismo funcional identificados, considerando que o estudo se encontra em andamento, neste relatório serão apresentados somente os níveis de letramento. Faz-se necessário ressaltar que o objetivo do diagnóstico não é apenas medir decodificação, mas compreender como jovens e adultos mobilizam habilidades cognitivas para interpretar as informações contidas em diferentes gêneros textuais do cotidiano. Essa etapa inicial permite visualizar o ponto de partida das turmas acerca dos seus conhecimentos linguísticos, identificar desigualdades entre os cursos e orientar intervenções pedagógicas mais precisas para a área de linguagens. Os resultados preliminares obtidos estão apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Níveis de Letramento dos estudantes do Proeja



Fonte: dados da pesquisa

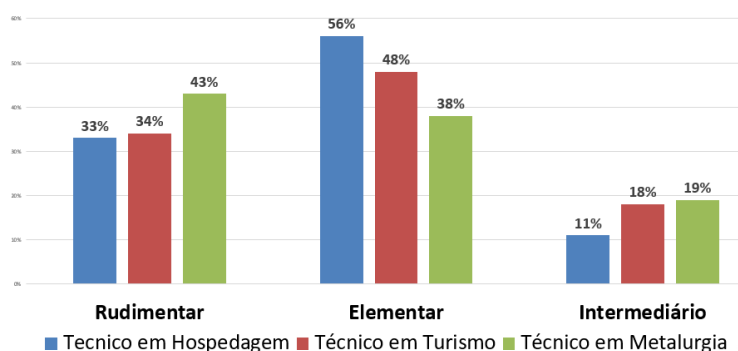
Conforme observa-se no gráfico, os resultados apresentados indicam que a maioria dos estudantes do Proeja situa-se nos níveis Rudimentar (36%) e Elementar (47%) de letramento, enquanto apenas 17% alcançam o nível Intermediário. Esse cenário confirma tendências observadas pelo Inaf (Instituto Paulo Montenegro, 2024), segundo as quais grande parte da população jovem e adulta permanece concentrada nos níveis básicos — que deveriam ser apenas etapas de transição — sem atingir competências consideradas adequadas para uma participação mais plena nas práticas sociais que envolvem leitura e escrita.

Como argumenta Soares (2023), ser alfabetizado não garante, por si só, a capacidade de usar a leitura e a escrita de forma funcional no cotidiano. A predominância dos níveis Rudimentar e Elementar revela que muitos estudantes ainda dependem de operações

de baixa complexidade, como localizar informações explícitas, demonstrando dificuldades em tarefas que exigem interpretação mais profunda, elaboração de inferências ou integração de informações. Esse quadro também dialoga com Ribeiro (2003), que alerta: grande parte dos jovens e adultos aprende a decodificar, mas não a utilizar o texto como ferramenta de participação social.

Para além da análise individual dos participantes, torna-se relevante observar como esses níveis de Letramento se distribuem entre os diferentes cursos. Essa comparação ajuda a identificar desigualdades internas e padrões que não aparecem quando os dados são vistos de forma isolada. Os resultados dessa relação entre cursos são apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 –Níveis de letramento por curso



Fonte: dados da pesquisa (2025)

Os dados do gráfico mostram que os três cursos analisados apresentam distribuição semelhante entre os níveis de letramento, porém com nuances significativas. Em todos eles, o nível Elementar concentra a maior parte dos estudantes: 56% em Hospedagem, 48% em Turismo e 38% em Metalurgia. Esse predomínio indica que a maioria consegue localizar informações explícitas em textos e resolver tarefas simples, mas ainda encontra limites quando a atividade exige articulação de ideias, inferências ou avaliação crítica — competências mais associadas ao nível Intermediário.

No nível Rudimentar, observa-se que Metalurgia apresenta o maior percentual (43%), seguido por Turismo (34%) e Hospedagem (33%). Esse cenário sugere que parte significativa dos estudantes desse curso tem dificuldades até mesmo em operações básicas de leitura e escrita, como interpretação de frases curtas ou compreensão literal de pequenos textos. Esse resultado pode estar relacionado às trajetórias escolares interrompidas, à inserção precoce no trabalho e à menor presença de práticas sociais letradas no cotidiano — aspectos apontados por Ribeiro (2003) como características recorrentes da população jovem e adulta que retorna à escola.

Quanto ao nível Intermediário, todos os cursos apresentam índices relativamente baixos: 11% em Hospedagem, 18% em Turismo e 19% em Metalurgia. Essa baixa representatividade é coerente com o que o Inaf (2024) tem apontado em suas últimas edições: apesar do aumento da escolarização formal, os níveis mais altos de letramento continuam concentrados em uma parcela reduzida da população. Segundo Soares (2012), isso reforça a distinção entre alfabetização e letramento: muitos estudantes conseguem decodificar, mas ainda não dominam a leitura como prática social, nem conseguem mobilizá-la para resolver situações reais com autonomia.

À luz das características do público da EJA/Proeja, os resultados não são

surpreendentes. Como destacam Haddad e Di Pierro (2000), esse público estudantil é marcado por heterogeneidade de perfis, longos períodos de afastamento da escola, experiências de fracasso escolar e condições socioeconômicas adversas — fatores que podem impactar diretamente o desenvolvimento das práticas de leitura e escrita. Além disso, muitos estudantes conciliam estudo, trabalho e responsabilidades familiares, o que reduz o tempo e as oportunidades de engajamento em práticas letradas fora da escola.

Por fim, o fato de nenhum curso ultrapassar 20% no nível Intermediário reforça a necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas, integradas à realidade do trabalho e à vida social, conforme defendem Kuenzer (2009) e Fávero (2004). O Proeja, ao articular educação básica e formação profissional, tem potencial para promover avanços significativos, desde que ofereça situações de leitura e escrita que dialoguem com os repertórios culturais dos estudantes, dando sentido social às aprendizagens.

Conclusão

Os resultados mostram que a maioria dos estudantes do Proeja se concentra nos níveis Rudimentar e Elementar de letramento, revelando fragilidades que dialogam com marcas históricas da EJA no Brasil: desigualdades persistentes, trajetórias escolares interrompidas e longos períodos de afastamento da escola. Esse cenário reforça a urgência de práticas pedagógicas que fortaleçam o letramento como instrumento de autonomia e cidadania e que articulem de modo significativo a educação básica e a formação profissional. Diante disso, torna-se essencial ampliar intervenções contextualizadas, especialmente nas áreas de Linguagens e Matemática. Como o estudo ainda está em andamento, as próximas etapas incluem a análise dos níveis de numeramento dos participantes e também uma análise detalhada das questões do teste que apresentaram maior índice de erros, a fim de identificar lacunas específicas nas habilidades de letramento. Esses encaminhamentos permitirão propor ações pedagógicas mais precisas e alinhadas às necessidades reais do público da EJA.

Referências

ARROYO, Miguel G. *A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão*. Alfabetização e Cidadania: Revista de Educação de Jovens e Adultos (RAAAB), n. 11, abril 2001, p. 9-20.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Diário Oficial da União, Brasília, 14 jul. 2006.

CARRANO, Teresa. **Numeramento e práticas sociais**. São Paulo: Ação Educativa, 2010.

FÁVERO, Osmar. **Educação de jovens e adultos: passado e presente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: Alfabetização. Rio de Janeiro, 2024

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO; AÇÃO EDUCATIVA. **Relatório Brasil 2018**:

Indicador de Alfabetismo Funcional – INAF 2018, São Paulo: IPM, 2018. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br> Acesso em: 27 nov. 2025.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO; AÇÃO EDUCATIVA. **Indicador de Alfabetismo Funcional – INAF 2024**. São Paulo: IPM, **2024**. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br> Acesso em: 27 nov. 2025.

KUENZER, Acácia. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Alfabetismo funcional: leitura e escrita na sociedade contemporânea**. São Paulo: Global, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2004.